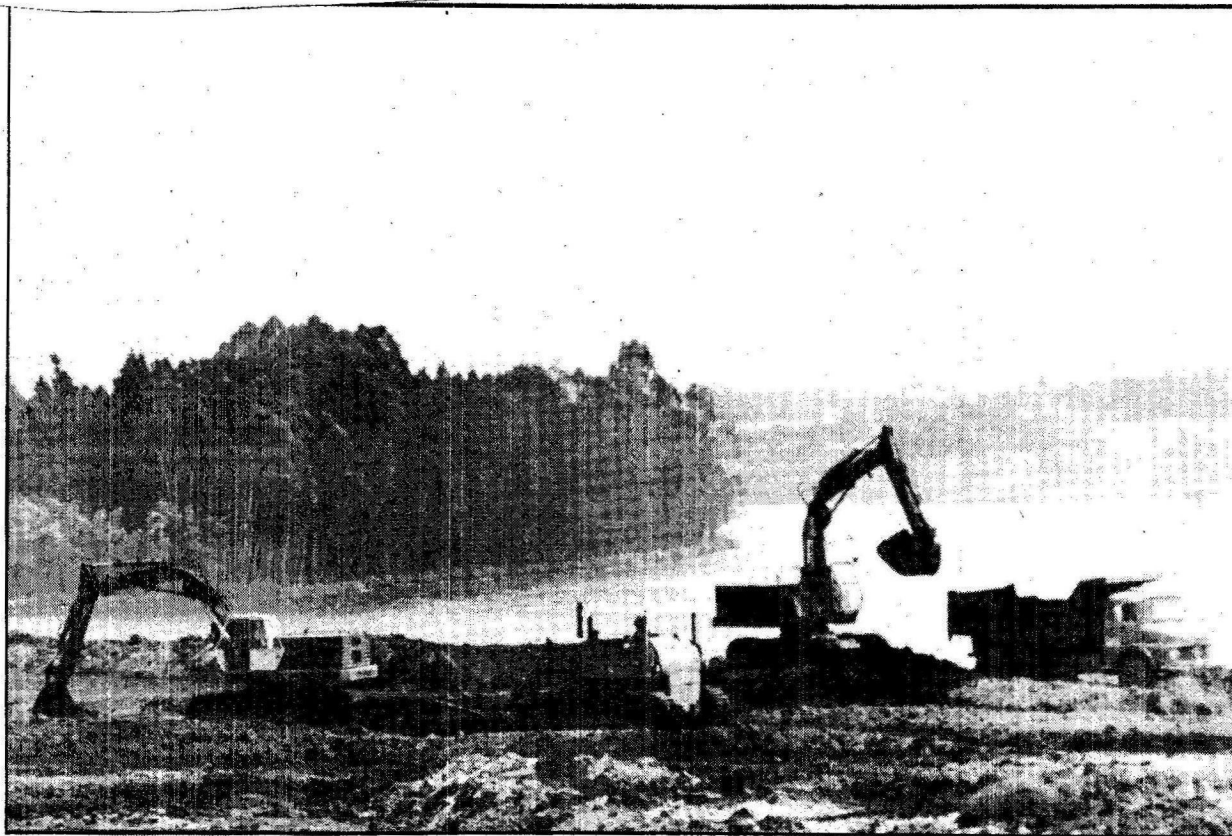


CPI da Corrupção apura caso das obras

24/2/88, QUARTA-FEIRA • 15

Arquivo 01/11/88

DF - Lago no Paranoá



O Senado encampou as denúncias sobre malversação de verbas e quer investigar as obras do Lago

A denúncia de irregularidades financeiras no projeto de despoluição do Lago Paranoá, desenvolvido pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), foi um dos temas selecionados ontem pelos 11 membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção do Senado, que vão investigar os casos de malversação do dinheiro público e denúncias de corrupção no governo federal apresentadas à CPI.

A reunião serviu, ainda, para designar os relatores específicos para cada denúncia. O senador Jutahy Magalhães (PMDB/BA) será o relator do caso da despoluição do Lago Paranoá, que anteriormente foi investigado por uma subcomissão parlamentar de inquérito da Comissão do DF no Senado e que, entre outras coisas, pediu a revogação da concorrência que contratou as empreiteiras Andrade Gutierrez e Serveng-Civilsan como executoras da obra.

O relator da Subcomissão foi o senador Maurício Corrêa (PDT-DF), que também participa da CPI da Corrupção. Em seu relatório, Corrêa confirma todas as denúncias publicadas inicialmente pelo **Jornal de Brasília**, fundamentalmente sobre irregularidades na parte financeira do projeto e que mostram a "injustificável" elevação do preço da obra de U\$ 45 milhões em novembro de 85 (Cz\$ 1,2 bilhão) para U\$ 125 milhões (Cz\$ 4,6 bilhões) em junho do ano passado, quando as empreiteiras foram contratadas.

A CPI da Corrupção é presidida

pelo senador José Inácio (PMDB-ES) e o relator é o senador Carlos Chiarelli (PFL/RS). A denúncia do caso da despoluição do Lago Paranoá foi encaminhada à CPI por cinco entidades civis: Sindicato dos Engenheiros do DF, Sindicato dos Arquitetos, Instituto dos Arquitetos do Brasil/DF, Sociedade Brasileira de Entidades de Defesa do Meio Ambiente (Sobradima) e Frente Verde de Brasília.

Aparecido: "É normal"

O Governador José Aparecido disse ontem à noite, no Palácio do Buriti, que não vê nenhuma anormalidade na escolha da denúncia de irregularidades financeiras no projeto de despoluição do Lago Paranoá como tema a ser investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção no Senado Federal, que apura os casos de malversação do dinheiro público.

O Governador José Aparecido argumentou que "os parlamentares têm o dever e a obrigação de apurar e fiscalizar as atividades públicas."

Caesb

O Presidente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), William Pernido, disse que também recebeu com tranquilidade a notícia da investigação da denúncia pela CPI da Corrupção. Segundo ele, "todos os passos dados no projeto de despoluição do Lago Paranoá, desde os editais e licitações, foram acompanhados pelos agentes financeiros nacionais e internacionais".